

# Revisitando a questão complemento vs. adjunto em verbos de movimento à luz da Nanossintaxe

Valdilena Rammé\*

## Resumo

Este *squib* retoma a discussão sobre as classificações complemento *versus* adjunto que são tradicionalmente conferidas aos argumentos de verbos de movimento. Proporei que os casos dúbios ou imprecisos encontrados nos dados podem ser mais bem compreendidos à luz de análises mais finas levadas a cabo pelos recentes trabalhos da área da Nanossintaxe. Entre as novas propostas dessa teoria, uma será central para a análise aqui apresentada: a hipótese de que os módulos sintático e semântico constituem um único módulo computacional, sujeito aos mesmos princípios e regras. Tal posicionamento nos forçará a buscar uma resposta para este problema clássico, que considera tanto questões de ordem sintática, quanto semântica. Verificaremos, assim, que uma conciliação entre um tratamento sintático e um tratamento semântico pode ser efetivamente implementada.

**Palavras-chave:** nanossintaxe, adjuntos, complementos, verbos de movimento

## Abstract

This *squib* revisits the discussion about the complement *versus* adjunct classification that is traditionally assigned to arguments of motion verbs. I propose that dubious or imprecise cases can be better understood in light of the fine-grained analyses proposed in recent works in Nanosyntax. Of those, the hypothesis that the syntactic and semantic modules constitute a single computational system, subjected to the same principles and rules, will be central to the discussion presented here. This hypothesis leads us to search for answers which take both syntactic and semantic factors into consideration when determining the complement or adjunct status of arguments. The analysis presented here shows that reconciliation between a syntactic and a semantic approach can be fruitfully implemented.

**Keywords:** nanosyntax, adjuncts, complements, motion verbs

---

\* Universidade Federal da Integração Latino-americana, UNILA. Doutora em Letras - Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná, UFPR, *e-mail*: val.ramme@gmail.com. Agradeço aos pareceristas anônimos e aos editores pela leitura atenta e excelentes sugestões. Infelizmente, nem todas puderam ser acatadas, por limitação de espaço, mas não deixarão de ser contempladas no desenvolvimento subsequente desta pesquisa.

## 1 Introdução

O objetivo deste artigo é contribuir para a discussão sobre a distinção complemento *versus* adjunto de forma a integrar uma análise semântica e sintática. Para tal, apresentarei o novo modelo teórico conhecido como Nanossintaxe. A partir desta linha teórica, será discutida, então, uma interpretação alternativa para os tradicionais problemas de classificação entre adjunto, por um lado, e complemento oblíquo, por outro, que rondam a classe dos sintagmas preposicionados licenciados por verbos de movimento.<sup>1</sup>

Para ilustrar o quebra-cabeça que será abordado neste texto, tomemos o verbo *ir* e seus complementos. Tradicionalmente, propõe-se que este verbo licencia complementos oblíquos, que são interpretados como seus argumentos, quando acompanhado da preposição *para*. Por outro lado, a preposição *até* seria amplamente utilizada para introduzir adjuntos. Se comparamos sentenças com ambas as preposições, contudo, não conseguimos encontrar essa esperada distinção, nem por meio de testes tradicionais para a classificação adjunto *vs.* complemento, como é o caso do apagamento do constituinte ou o uso de uma pró-forma verbal:

- (1) a. Joana foi para o mercado.  
b. Joana foi até o mercado.  
c. \*Joana foi.  
d. \*Joana foi até o mercado, e Ana fez isso até a farmácia.  
e. \*Joana foi para o mercado, e Ana fez isso para a farmácia.

A literatura que discute as noções de argumento, complemento e adjunto é extensa. Em geral, há duas grandes dificuldades enfrentadas para se estabelecer se os argumentos de um verbo são complementos ou adjuntos. A primeira reside na relação entre a sintaxe e a semântica, fato que leva muitos pesquisadores a se posicionarem em uma ou outra perspectiva. Na perspectiva da análise aqui desenvolvida, esse problema não se coloca, uma vez que, seguindo a proposta de Ramchand (2008a), concebemos os módulos sintático e semântico como um só.

A segunda dificuldade, de acordo com Cançado (2009), tem relação com a complexidade de se estabelecer quais são os complementos (argumentos lógicos ou semânticos) de um verbo a partir das avaliações de falantes nativos. Isso acontece porque, muitas vezes, não há consenso sobre os argumentos necessários para saturar o sentido de um verbo e nem sobre o fato de um determinado complemento ser ou não obrigatório. Como o

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, são considerados *verbos de movimento* aqueles verbos que descrevem qualquer tipo de movimento ou deslocamento, seguindo a proposta de Levin (1993, p. 263-270). Ou seja, são verbos que codificam a forma ou a direção na qual alguma entidade pode se mover. Essa mesma concepção também pode ser encontrada nos trabalhos de Talmy (1985), Jackendoff (1983, 1990), Beavers (2008), entre outros.

problema teórico da distinção complemento *vs.* adjunto é ilustrado, muitas vezes, com dados de verbos de movimento, nos dedicaremos aqui à análise de tais predicados.

Desse modo, para desenvolver este debate, na seção 2, o problema mencionado é exposto em mais detalhes e algumas propostas já estabelecidas são discutidas. Na seção 3, a Nanossintaxe e os princípios que nos permitirão desenvolver uma análise alternativa são apresentados de forma concisa. Finalmente, na seção 4, uma breve discussão de casos do português brasileiro (PB) é implementada.

## 2 O problema da oposição complemento/argumento *vs.* adjunto

Segundo Cançado (2009), os problemas que encontramos nas distintas teorias surgem, exatamente, por causa da confusão entre os argumentos semânticos de um predicado verbal, no sentido lógico, e as posições sintáticas entendidas como complementos deste predicado. Isto é, se considerássemos somente o critério sintático e levássemos em conta, por exemplo, a impossibilidade de um complemento ser apagado da expressão sintática (como *para casa*, em (2a) e *uma maçã* em (2b)), *comer* não poderia ser classificado como um verbo transitivo, somente *ir*:

- (2) a. Joana foi para casa *vs.* \*Joana foi.  
b. Joana comeu uma maçã *vs.* Joana comeu.

Neste sentido, para Cançado (2009), não é possível estabelecer uma relação direta entre os argumentos semânticos e os complementos sintáticos de um verbo, em oposição aos adjuntos. Segundo Cançado (2009), a relação direta entre complementação do sentido de um verbo e as posições de complementos sintáticos seria uma falsa noção que a Gramática Gerativa (GG) herdou da Gramática Tradicional (GT). Ou seja, o:

argumento pode não estar explícito na sentença, mas não significa que ele não faça parte da complementação do sentido do verbo. [...], como a GG reinterpreta essas definições da GT (evidentemente de uma maneira bem mais estrutural), a GG também importa essa falsa relação (CANÇADO, 2009, p. 44).

Consequentemente, Cançado (2009) propõe:

delimitar, com mais precisão, as noções de argumento, de complemento e de adjunto, definindo os argumentos como uma noção estritamente semântica, que envolve a atribuição de papéis temáticos, e os complementos e os adjuntos, como noções estritamente sintáticas, que envolvem a posição estrutural e a atribuição de casos (CANÇADO, 2009, p. 35).

Em sua discussão, a autora revisita testes tradicionalmente aceitos para a categorização de determinado sintagma como argumento/complemento ou como adjunto. Um deles envolve a possibilidade de deslocamento. Segundo tal proposta, adjuntos são mais livres e podem aparecer em diferentes posições da sentença, sem a necessidade de uma entonação mais marcada. Por outro lado, argumentos não teriam tanta liberdade (Cf. CANÇADO, 2009, p. 41). É possível ver um exemplo do teste mencionado nas sentenças abaixo:

- (3) a. Joana foi para casa hoje cedo.  
b. Hoje cedo, Joana foi para casa.  
c. Para casa, Joana foi hoje cedo.

De acordo com Cançado (2009), porém, esse teste não é muito confiável, tendo em vista que, mesmo no caso de adjuntos, a mudança na ordem de um constituinte exige sim uma marcação diferenciada na entonação, como se observa na leitura dos exemplos em (1) acima.

Outro teste comumente usado para diferenciar argumentos de adjuntos, segundo Cançado (2009, p. 40), é proposto por Saeed (1997) e também por Mito, Silva e Lopes (2000) nas análises do português.<sup>2</sup> Segundo esses autores, argumentos/complementos não podem ser facilmente apagados da expressão sintática, como nos exemplos (4a) e (4b), enquanto que adjuntos podem ficar de fora sem danos para a boa interpretação de uma sentença, como em (5a) e (5b) e exemplos abaixo:

- (4) a. Joana foi para casa.  
b. \*Joana foi.
- (5) a. Joana correu até a escola.  
b. Joana correu.

O problema principal do teste acima reside no fato de que muitos argumentos semânticos, que são, sim, necessários para a boa interpretação de um verbo, podem ficar implícitos, isto é, não precisam ser necessariamente expressos sintaticamente:

- (6) a. Joana vendeu um carro para a Alice por 50.000 reais.  
b. Joana vendeu um carro para a Alice.  
c. Joana vendeu um carro.  
d. \*Joana vendeu.

---

<sup>2</sup> É importante mencionar que os referidos textos são manuais introdutórios e, por este motivo, podem dar um tratamento superficial e relativizado da questão. Não obstante, esses textos são referência para o ensino de linguística e podem ajudar na caracterização dessa imprecisão.

Para Cançado (2009), essa assimetria, entre o que é semanticamente obrigatório e o que é sintaticamente obrigatório, reside no fato de que os argumentos semânticos estão sempre presentes e, portanto, são recuperáveis na interpretação. Conseqüentemente, esses argumentos não precisam ser expressos obrigatoriamente na sintaxe. Todavia, essa explicação, como veremos na seção 3, não nos permitiria entender a estreita relação existente entre a sintaxe e a semântica, que é mais próxima e mais sistemática do que um posicionamento como o de Cançado supõe. Neste sentido, um teste proposto por Fábregas (2008) pode nos apontar um outro caminho.

Fábregas (2008) discute um teste amplamente aceito para distinguir argumentos de adjuntos: o uso de uma pró-forma verbal como *faz isso/o faz (do it, em inglês e lo hace, em espanhol)*. A proposta é que tais formas podem coocorrer com adjuntos, como nos exemplos (7a), (7b), (7d) e (7f), enquanto que bloqueariam sistematicamente argumentos, como nos exemplos de (7c) e (7e):

- (7)
- a. Joana dançou no jardim, e Ana fez isso na calçada.
  - b. Joana compôs uma música para Nina, e Alice fez isso para Simone.
  - c. Joana correu para o jardim, e Ana fez isso \*para a rua.
  - d. Joana correu até a esquina, e Ana fez isso até a praça.
  - e. Joana vendeu um livro para Alice, e Nina fez isso \*para Simone.
  - f. Joana correu na praia, e Ana fez isso no parque.

(Adaptados de RAMMÉ, 2017, p. 56-57)

Como podemos observar em (7c) e (7d), um exemplo relevante da distinção entre complementos e adjuntos com os verbos de movimento no PB envolve os usos das preposições *para* e *até*. Em geral, assume-se que a preposição *para* seria uma preposição funcional, que pode introduzir argumentos verbais e não seria, ela mesma, predicadora. Por outro lado, a preposição *até* seria uma preposição predicadora que teria a habilidade de introduzir alvos em sentenças, mesmo que o verbo em si não possua tal argumento.

Note-se que, no caso do verbo *correr*, um mesmo alvo introduzido por um sintagma preposicionado, SP a partir de agora, com *até* seria, assim, considerado um adjunto, enquanto que um SP encabeçado pela preposição *para* poderia ser classificado como complemento. Por outro lado, no caso do verbo *ir*, essa distinção não seria muito convincente. Vejamos, por exemplo, os casos abaixo, em que tanto a sentença contendo *até*, quanto a sentença com *para* parece passar na condição de argumento, segundo o teste da pró-forma verbal *faz isso*, apresentado por Fábregas (2008) e ilustrado em (7) acima. Em (8), abaixo, retomamos esse teste:

- (8) a. \*Joana foi para o mercado, e Ana fez isso para a farmácia.  
b. \*Joana foi até o mercado, e Ana fez isso até a farmácia.

No japonês, há um fenômeno bastante parecido. Ao buscar evidências semânticas para esclarecer a distinção entre as duas posposições marcadoras de alvo do movimento, *-ni* e *-made*, Beavers (2008) propõe que *-ni*, no japonês, teria a função de um marcador de argumentos verbais. Uma evidência para isso, segundo o autor, seria o fato de que, em domínios não espaciais, como em (10), *-ni* também pode ser usado como marcador de Dativo, codificando um sentido mais abstrato de Alvo, como podemos observar nos exemplos abaixo, adaptados de Beavers (2008):

- (9) Mary-ga boku-ni kono hon-o kureta.  
Mary-NOM eu-DAT este livro-ACC deu.  
'Mary me deu esse livro.'
- (10) John-wa eki-made/ni itta.  
John-TOP estação-até/para foi.  
'John foi até/para a estação.'
- (11) John-wa kishi-made/\*ni oyoida/tadayotta.  
John-TOP margem-até/\*para nadou.  
'John nadou até/\*para a margem.'

No PB, por exemplo, verificaríamos o mesmo comportamento com a preposição *para*, que poderia ser acomodada com o sentido de Alvo de movimento em (12) e com o sentido de Dativo em (13):

- (12) Fui para casa.
- (13) Escrevi para a Joana.

Paralelamente, a posposição *-made* seria usada para introduzir alvos que não fossem, necessariamente, argumentos verbais, como a preposição *até* do PB:

- (14) \*Joana mancou para a porta.
- (15) Joana mancou até a porta.

Deste modo, quando usadas nos mesmos contextos sintáticos, e, especificamente, em contextos em que o verbo licencia um argumento alvo, essa distinção semântica ficaria encoberta pela falta de diferenciação sintática:

(16) Joana foi para o banco.

(17) Joana foi até o banco.

Levando em consideração essas observações e buscando uma resposta que unifique o tratamento sintático e semântico dado aos argumentos dos verbos de movimento, apresento a proposta teórica da Nanossintaxe na próxima seção, antes de passarmos à análise.

### 3 Nanossintaxe e o Princípio da Lexicalização Sintagmática

#### 3.1 Uma análise no nível nano

Segundo Starke (2009), a premissa que leva ao projeto nanossintático é muito simples: as pesquisas empíricas das últimas décadas levam à hipótese de que as estruturas sintáticas sejam muito maiores do que a teoria Gerativa propõe. Consequentemente, seus ingredientes (os núcleos ou nós terminais) devem ser muito menores do que se esperaria. Essa observação leva, assim, a uma consequência decisiva: os ingredientes da estrutura sintática não podem mais ser morfemas ou palavras, mas precisam ser elementos muito mais finos. Desse modo, a sintaxe deixa de ser um dispositivo para arranjar itens lexicais (palavras e morfemas) em estruturas e passa a ser um dispositivo que opera sobre traços conceituais que, por sua vez, encontram-se estocados de forma hierarquicamente organizada nos itens lexicais de uma língua.

Levando em conta as propostas feitas dentro deste quadro, poderíamos estipular que os verbos de movimento do PB codificam estruturas levemente diferentes umas das outras. Seriam essas leves diferenças que estariam permitindo interpretações distintas para tais verbos e que também permitiriam usos em configurações sintáticas levemente variáveis.

Por exemplo, podemos ver as consequências dessas configurações mais finas na estrutura de superfície ao analisarmos os seguintes exemplos:

- (18) a. Joana foi para a linha de chegada.  
b. Joana foi até a linha de chegada.  
c. \*Joana foi um quilômetro/uma quadra/o caminho.

- (19) a. Joana nadou para a margem.  
b. Joana nadou até a margem.  
c. Joana nadou um quilômetro/uma piscina/a prova.

Para explicitar a análise das sentenças acima, vamos assumir que o verbo *ir* codifique uma estrutura formada a partir dos traços conceituais [INICIAÇÃO[PROCESSO[RESULTADO[ALVO]]]], como proposto por Rammé (2017). Dentro do modelo nanossintático, cada um desses traços constituirá o núcleo de SX.<sup>3</sup> Conforme a proposta de Ramchand (2008), nessa hierarquia, o segundo traço mais baixo, de Resultado, indica que a interpretação deste verbo será de um processo que é pontual e cujo ponto final é entendido como obrigatoriamente alcançado. Já o traço Alvo ali codificado, indica que o Resultado alcançado pelo verbo tem a especificação de ser o alvo de uma trajetória espacial.

O verbo *nadar*, por outro lado, codifica a estrutura [INICIAÇÃO[PROCESSO[TRAJETÓRIA]]]. O traço conceitual Trajetória, diferentemente do traço Alvo, não possui especificação sobre o tipo particular de conceito espacial ligado à noção trajetória que deve ser lexicalizado pelo complemento do verbo. O sentido desse traço, segundo Ramchand (2008a), seria o de contribuir com a escala de medição do evento. Ou seja, esse traço Trajetória poderia ser combinado com conceitos como Alvo, Lugar ou Fonte que, por sua vez, poderiam ser lexicalizados tanto por um Nome (N), quanto por um SP. O sentido locativo ou de alvo dependeria, assim, da estrutura do sintagma selecionado pelo verbo.

Em síntese, verbos do tipo *ir*, por carregarem o traço Alvo, selecionam complementos que serão sempre interpretados como lugar-alvo do movimento e, assim, forçam a seleção de preposições que se harmonizem com este traço. Por outro lado, verbos do tipo *nadar* não carregam nenhuma especificação sobre a natureza da trajetória que pode aparecer como seu complemento.

No que concerne às preposições, estas estariam carregando as seguintes configurações: *para* codifica [ALVO[LUGAR[SN]]], enquanto *até* codifica [RESULTADO[ALVO[LUGAR[SN]]]. As razões para se sugerir que *para* possua tal estrutura são discutidas em Rammé (2017). Já a preposição *até* parece codificar tanto Alvo,

---

<sup>3</sup> Esta estrutura linear também pode ser representada de forma arbórea, porém, não usarei estas representações neste artigo por questão de espaço. Também por esse motivo não será possível aprofundar uma apresentação da Sintaxe de primeira fase de Ramchand. Contudo, para entender essa representação, é preciso levar em conta que Ramchand (2008), seguindo os princípios da Nanossintaxe, propõe que as raízes verbais estejam codificando arranjos de traços conceituais como INICIAÇÃO, PROCESSO e RESULTADO. É na relação de seus argumentos com tais traços que temos, então, a interpretação de um agente (INICIADOR), de um paciente (SOFREDOR) e assim por diante. Cada traço prevê a possibilidade de expressão de um complemento verbal com papel específico. O mesmo complemento, porém, também pode assumir mais de um papel ou permanecer ausente da expressão sintática. Veremos ilustrações de algumas destas possibilidades na seção 3.



quanto Resultado, tendo em vista os seus usos em contextos não espaciais, em que a sua contribuição para a interpretação da sentença é claramente aquela de um resultado alcançado em decorrência do evento codificado pelo verbo:

(20) Joana dançou até cair.

(21) Leu o livro até o fim.

Deste modo, chegamos à seguinte configuração para as sentenças em (22) e (23):<sup>4</sup>

- (22) a. Joana foi<sub>[INIC[PROC[RES[ALVO]]]]</sub> para<sub>[ALVO[LUG[SN]]]</sub> a linha de chegada<sub>[SN]</sub>.  
 b. Joana foi<sub>[INIC[PROC[RES[ALVO]]]]</sub> até<sub>[RES[ALVO[SN]]]</sub> a linha de chegada<sub>[SN]</sub>.  
 c. \*Joana foi<sub>[INIC[PROC[RES[ALVO]]]]</sub> um quilômetro/uma quadra/o caminho<sub>[SN]</sub>.
- (23) a. Joana nadou<sub>[INIC[PROC[TRAJ]]]</sub> para<sub>[ALVO[LUG[SN]]]</sub> a margem<sub>[SN]</sub>.  
 b. Joana nadou<sub>[INIC[PROC[TRAJ]]]</sub> até<sub>[RES[ALVO[SN]]]</sub> a margem<sub>[SN]</sub>.  
 c. Joana nadou<sub>[INIC[PROC[TRAJ]]]</sub> um quilômetro/uma piscina/a prova<sub>[SN]</sub>.

Com estas configurações em mente, veremos, na próxima seção, como as estruturas construídas pela sintaxe estão se combinando com os verbos e preposições acima no processo de lexicalização.<sup>5</sup>

### 3.2 Lexicalização Sintagmática Exaustiva

Outra proposta central da Nanossintaxe estipula que os mesmos princípios e operações da sintaxe estariam atuando igualmente sobre palavras, morfemas e traços conceituais como os encontrados nas estruturas em (22) e (23) acima. Além disso, como já mencionado, propõe-se que um mesmo morfema possa se combinar com mais de um traço ou projeção (para usar a terminologia nanossintática).

Consequentemente, o léxico, dentro do presente modelo, é concebido como uma lista de itens (palavras e morfemas) em que partes de estruturas nanossintáticas são estocadas em associação à informação enciclopédica e à representação fonológica correspondentes. Logo, as entradas lexicais teriam a seguinte forma: <informação fonológica, estrutura nanossintática, informação enciclopédica>. Assim, o processo de lexicalização (*spell out*), poderia ser definido como *uma substituição de um pedaço da árvore sintática por uma*

<sup>4</sup> Os traços codificados por cada item lexical estarão representados do lado direito destes itens na sentença.

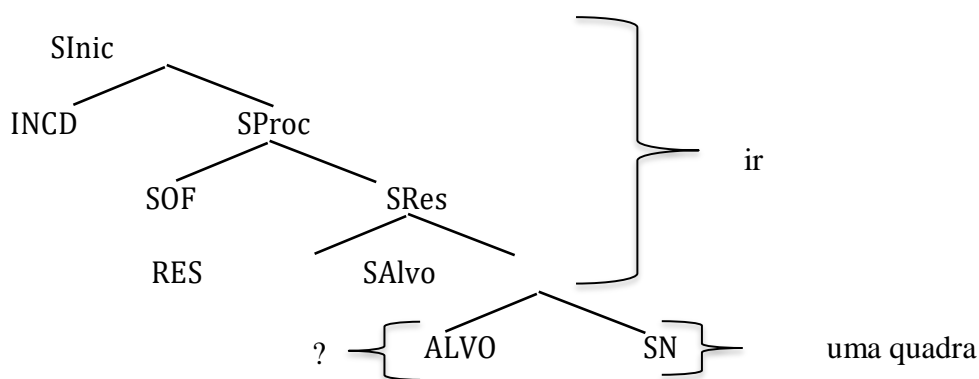
<sup>5</sup> Este termo será definido na sequência.

*entrada lexical do Léxico, que, por sua vez, fornece à estrutura sintática o conteúdo fonológico e conceitual [enciclopédico] da entrada* (PANTCHEVA, 2011, p. 109).<sup>6</sup>

Note-se que o princípio de combinação das árvores estocadas no léxico com as árvores construídas pela sintaxe leva em conta a ideia de que tanto nós terminais, quanto nós não-terminais são alvo de inserção/combinação (STARKE, 2009; CAHA, 2009; FÁBREGAS, 2008, 2009). Assim, um item de vocabulário será selecionado de forma bem sucedida para inserção, se sua entrada lexical carregar um nó ou um sintagma SX idêntico ao nó ou ao sintagma SX criado pela sintaxe. Este processo é denominado Lexicalização Sintagmática e é defendido de maneira aprofundada por Fábregas (2009). Em Fábregas (2008), encontramos a hipótese de que a correta combinação de itens lexicais com partes da estrutura sintática seria o princípio central regulando as sentenças bem formadas de uma língua. Neste sentido, o autor sugere que todos os traços construídos pela sintaxe devam estar obrigatoriamente lexicalizados (combinados a itens lexicais que carreguem tal traço ou estrutura) antes de a derivação avançar para o ciclo seguinte. Tal princípio é definido por Fábregas (2008, p. 2) e por Pantcheva (2011, p. 117) como Lexicalização Cíclica Exaustiva.

Para ilustrar este princípio, podemos nos referir ao exemplo (22) acima. Em (22c), tendo em vista que o verbo *ir* necessita de um complemento com o traço Alvo, e que o SN *uma quadra* não possui esse traço, a estrutura construída pela sintaxe ficaria deficiente. Ou seja, a projeção SN seria lexicalizada por nenhum item da língua, o que faz com que essa sentença não seja gramatical em PB. Com o objetivo de melhor visualizar essa questão, vamos observar a representação arbórea da sentença acima, em que as chaves indicam o item lexical que se combina com a estrutura criada pela sintaxe:

(24) Foi uma quadra.



Com esta imagem em mente, outros três princípios complementares ainda precisam ser explicitados antes da análise. O primeiro diz respeito à forma como este sistema

<sup>6</sup> [...] a replacement of a piece of the syntactic tree by a lexical entry from the lexicon, thus supplying the syntactic structure with the phonological and conceptual content of the entry.

restringiria a seleção de itens de vocabulário que carregam o mesmo subconjunto de traços compatível com uma estrutura sintática. Isto é, quando a sintaxe construir [ALVO[SN]], como será feita a escolha entre os itens *para* e *até* do PB, por exemplo, tendo em vista que ambos carregam esta configuração? Para estabelecer tal restrição, Starke (2009) e Caha (2009) propõem o Princípio do Superconjunto: *um expoente fonológico é inserido em um nó se sua entrada lexical possuir um (sub-)constituente que seja idêntico ao nó (ignorando traços)* (CAHA, 2009, p. 55).<sup>7</sup>

Como se pode observar, o Princípio do Superconjunto determina que, no caso de os itens *para* e *até* competirem para inserção em uma construção como [RES[ALVO[SN]]], *até* venceria a competição por dois motivos: (a) primeiro, porque sua estrutura é uma combinação perfeita da estrutura criada pela sintaxe; e (b) porque é o único item que garantiria que todos os traços construídos pela sintaxe fossem lexicalizados, assegurando, deste modo, que o Princípio da Lexicalização Cíclica Exaustiva fosse respeitado.

Ao mesmo tempo, em um contexto em que ambos *até* e *para* estivessem competindo para combinação com a estrutura [ALVO[SN]], seria o item *para* que venceria a competição. Isso se daria devido a outro princípio bastante geral conhecido como Condição Elsewhere, proposta por Kiparsky (1973, p. 94 *apud* PANTCHEVA, 2011, p. 128). Dentro do modelo nanossintático, essa restrição é definida como Princípio Minimize Subassociação e aparece definida de forma muito clara em Pantcheva (2011, p. 125): *Quando duas entradas lexicais possuírem as condições exigidas para inserção em um dado nó, o item com a menor quantidade de traços sobressalentes é inserido/combinado.*

Finalmente, é preciso esclarecer como um determinado verbo impõe restrições sobre os itens que podem ser selecionados (preposições, no caso do PB), para introduzir sintaticamente seus argumentos. Segundo Ramchand (2008b), o princípio que rege esta seleção pode ser definido como Princípio da Subassociação:

Se um item contém um traço subassociado: (i) esse traço deve estar independentemente identificado dentro da fase e ligado ao traço subassociado; (ii) os dois traços ligados desta forma devem unificar seu conteúdo lexical enciclopédico (RAMCHAND, 2008a, p. 98).

Este Princípio garantirá, assim, que os itens usados para lexicalizar os argumentos de um verbo compartilhem com ele o traço a ser lexicalizado. Isto é, no caso do PB, uma preposição somente será selecionada para lexicalizar o traço Alvo de um verbo de movimento se ela mesmo possuir tal traço. Na derivação, então, esta preposição poderá deixar seu traço subassociado, “encolhido”, uma vez que o traço será lexicalizado pelo verbo. Sua inserção, no

<sup>7</sup> *A phonological exponent is inserted into a node if its lexical entry has a (sub-)constituent that is identical to the node (ignoring traces).*

entanto, será necessária para garantir a correta ponte entre o verbo e o complemento nominal, uma vez que certos verbos de movimento não carregam o traço Nominal em sua entrada lexical. Passaremos a análise do PB para melhor ilustrar estas propostas.

#### **4 Uma análise preliminar dos complementos e adjuntos de verbos de movimento à luz da Nanossintaxe**

Levando-se em consideração o que foi apresentado até o momento, os problemas clássicos na distinção entre complementos (argumentos dos verbos) e adjuntos podem ser vistos de outra forma. Com essas novas ferramentas teóricas, podemos propor que o que interpretamos como complementos (em oposição a adjuntos) são aqueles elementos que compartilham dos traços codificados na entrada lexical do verbo. Deste modo, todo constituinte que possuir traços compartilhados com o verbo e, ao se combinar com um dos primitivos codificados por este, deixar seu traço subassociado, será interpretado como complemento e respeitará regras de configuração e movimento mais estritas, independentemente da preposição ou verbo que esteja sendo usado.<sup>8</sup>

Ao mesmo tempo, é preciso lembrar que o sistema permite que mais de um item se lexicalize ou se combine com a mesma configuração sintática. Essa possibilidade faz com que itens levemente distintos, mas compartilhando partes de uma mesma estrutura, possam ser inseridos nos mesmos contextos sintáticos. Por exemplo, entre as preposições que podem ser selecionadas para codificar o traço Alvo de um verbo de movimento, temos à nossa disposição, no PB, os itens *até* e *para*, com a diferença de que o primeiro ainda codifica o conceito de Resultado.

No caso da lexicalização de eventos de movimento, a leve distinção entre as estruturas que os verbos e preposições codificam levará, assim, a leves diferenças na interpretação de uma maior dependência ou não do argumento introduzido pela preposição. A argumentação aqui é a mesma que a apresentada por Beavers (2008): se o verbo de movimento direcionado for seguido de uma preposição que introduz um de seus argumentos (no caso, o Alvo), a interpretação do ponto final da trajetória, que está codificada na forma do traço Alvo dentro lexema verbal, será obrigatória. Essa leitura deve estar disponível inclusive quando sua efetiva realização for relativizada, como podemos ver no exemplo em (25) abaixo. Isto é, o

---

<sup>8</sup> Um apontamento realizado na revisão deste texto questiona como se determinariam os traços que os verbos codificam em sua estrutura. Há dois caminhos para esta resposta: em análises linguísticas, precisaríamos de testes, como aqueles aplicados acima, para verificar se um item carrega ou não o conceito de Resultado, por exemplo. Testes clássicos como o contraste “por *x* tempo” e “em *x* tempo” seriam um primeiro passo. Outro caminho, no caso de esse problema ser colocado para uma teoria de aquisição de linguagem, supõe que a hierarquia de traços proposta pela Nanossintaxe faz parte da GU e que uma tarefa da aquisição constituiria em identificar quais partes da hierarquia são codificadas dentro de que itens da língua materna. Essa tarefa seria facilitada pela rigidez da hierarquia e por princípios da gramática, como o Princípio \*ABA (ver CAHA, 2009).

uso desta preposição não pode acarretar a interpretação do alvo do movimento como sendo um ponto intermediário ou diferente do Alvo da trajetória expressa pelo verbo.

- (25) a. João estava indo para/até mercado, mas só foi até a esquina/não foi até o mercado.  
 b. João estava indo para/até mercado, \*mas só foi para a esquina/não foi até o mercado.

Na interpretação da sentença em (25b), podemos verificar que o estranhamento advém do emprego da preposição *para* na segunda oração. No caso da sentença em (25a), podemos entender que o Alvo do movimento denotado por *ir* permanece inalterado, ou seja, continua sendo o mercado, mesmo que algo tenha impedido João de chegar a seu destino. Em (25b), contudo, o emprego da preposição *para* na segunda oração parece indicar que o Alvo por ela introduzido deve, necessariamente, ser alcançado. Consequentemente, o uso de *para* nesta sentença faz com que o período todo se torne contraditório.

São casos como esses em (25) que, para Beavers (2008), evidenciam que itens como *-ni*, no japonês, e *para*, no PB, seriam realizadores de argumentos verbais, enquanto que *-made* e *até* introduziriam participantes de um evento de movimento, mas não necessariamente argumentos verbais.

É importante destacar, neste sentido, que Beavers (2008) propõe que se faça uma distinção entre eventos de movimento e verbos de movimento:

Qualquer situação dada no mundo real tem um intervalo de propriedades que um determinado lexema denotador de evento pode ou não codificar. Por exemplo, um evento de John correndo para dentro da casa envolve necessariamente uma maneira e um alvo, mas três descrições diferentes do evento podem destacar propriedades diferentes e permanecer neutras em relação às outras [...]. Distinguindo as propriedades dos eventos daquelas codificadas pelo verbo, podemos classificar cada restrição [...] em termos de sua dependência do evento que está sendo descrito ou do verbo que está sendo usado (BEAVERS, 2008, p. 302, tradução da autora).<sup>9</sup>

A partir deste posicionamento, podemos começar a ver de forma diferente a complexa relação entre verbos, seus argumentos e as preposições que uma língua dispõe para introduzir estes argumentos. Assim, no PB, a preposição *para*, por carregar somente o traço de Alvo, pode ser usada para introduzir argumentos de um evento de movimento, mas somente se esses argumentos/traços estiverem previstos (codificados) na estrutura do verbo utilizado. Desse modo, ela é uma preposição que introduz alvos de verbos de movimento.

<sup>9</sup> Any given situation in the real world has a range of properties that a specific event-denoting lexeme may or may not encode. For example, an event of John running into the house necessarily involves both a manner and a goal, but three different descriptions of the event might highlight different properties and remain neutral about others. [...] Distinguishing properties of events from those encoded by the verb, we can classify each restriction [...] in terms of whether it depends on the event being described or the verb being used.

Ao mesmo tempo, a preposição *até*, devido à sua estrutura [RES[ALVO]], é capaz de introduzir tanto argumentos de um evento de movimento, quanto argumentos de um verbo de movimento. Assim, dentro do presente modelo de representação, a distinção entre complementos e adjuntos está no tamanho e forma da estrutura nanossintática estocada dentro de um determinado verbo/preposição e nas possibilidades de combinação destes itens a estrutura sintática. Logo, se um verbo do português carregar um traço que especifique a natureza de seus argumentos, estes obedecerão a condições mais rígidas em relação a movimentos licenciados ao longo ao processamento sintático e outras operações, independentemente da preposição selecionada para a codificação deste traço, como é possível verificar nos exemplos (26a) e (26b) abaixo:

- (26) a. Joana foi no/para o/até o cinema.  
b. \*Joana foi.

Isso também acontece com verbos que codificam um argumento Trajetória, embora estes verbos sejam mais flexíveis em relação ao tipo de sentido que pode ser associado ao traço Trajetória. Conseqüentemente, os complementos de tais verbos terão interpretações variáveis, a depender da preposição utilizada, como em (27).

- (27) Joana correu no/para o/até o cinema.

Finalmente, se o verbo de movimento não codificar argumentos Alvo ou Trajetória, ainda assim itens que codificam o sentido de Alvo ou Lugar, e que são comumente usados para introduzir argumentos de outros verbos de movimento, podem aparecer encaixados em suas estruturas sintáticas de forma independente (sem compartilhar traços):

- (28) Joana mancou \*para o/até o cinema.

- (29) Joana andou \*para a praia/na praia/até a praia.

A diferença entre uma e outra estrutura poderá ser percebida através de dois indícios: primeiramente, um sintagma que não estiver codificando argumentos verbais (compartilhando traços) será mais livre e se comportará mais como aquilo que tradicionalmente chamamos de adjunto, como se pode observar nos exemplos com *até* e *em* nos exemplos (28) e (29). Em segundo lugar, os acarretamentos semânticos de um SP que lexicaliza argumentos verbais e de um SP que não lexicaliza argumentos verbais serão diferentes, como se pôde ver no exemplo em (25). Esta última observação poderia nos ajudar a entender, assim, a razão pela

qual é tão difícil estipular, a partir da intuição dos falantes, quais sintagmas são complementos e quais são adjuntos.

## 5 Considerações finais

Este *squib* ambicionou discutir, à luz de uma nova teoria — a Nanossintaxe —, alguns problemas ligados à classificação tradicional dos argumentos de verbos movimento como complementos ou adjuntos. Foi proposto que os casos imprecisos encontrados nas análises de dados podem ser mais bem descritos com a adoção de uma proposta central da Nanossintaxe: a hipótese de que os módulos sintático e semântico constituem um único módulo computacional.

Como foi possível verificar, este posicionamento, aliado a alguns poucos princípios, permite explicar de forma alternativa a grande variação que encontramos nas construções que envolvem verbos de movimento e seus complementos preposicionados. Apesar de extremamente breve, espera-se que esta exposição tenha permitido perceber que um caminho de análise alternativo é possível e que novos olhares sobre problemas clássicos da linguística podem nos trazer respostas muito interessantes que nos inspiram, por sua vez, a buscar outras vias de investigação.

## Referências

- BEAVERS, J. On the nature of goal marking and delimitation: Evidence from Japanese. *Journal of Linguistics*, v. 44, n. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 283-316.
- CAHA, P. *The nanosyntax of case*. Tese de Doutorado. 334 f. University of Tromsø, Tromsø. 2009.
- CANÇADO, M. Argumentos: complementos e adjuntos. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 53, n. 1, 2009, p. 35-59.
- FÁBREGAS, A. An argument for phrasal spell-out: Indefinites and interrogatives in Spanish. *Nordlyd*, v. 36, n. 1, p. 129-168, 2009.
- \_\_\_\_\_. The exhaustive lexicalisation principle. *Nordlyd*, v. 34, n. 2, 2008, p. 165-199.
- JACKENDOFF, R. *Semantics and cognition*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Semantic Structures*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1990.
- LEVIN, B. *English verb classes and alternations: A preliminary investigation*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1993.
- MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. *Manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2000.
- PANTCHEVA, M. B. *Decomposing Path : The Nanosyntax of Directional Expressions*. Tese de Doutorado. 301f. University of Tromsø, Tromsø, 2011.
- SAEED, J. *Semantics*. Oxford: Blackwell, 1997.
- STARKE, M. Nanosyntax: A short primer to a new approach to language. *Nordlyd*, v. 36, n. 1, p. 1-6, 2009.
- RAMCHAND, G. *Verb meaning and the lexicon: A first phase syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008a.

\_\_\_\_\_. Lexical items in complex predications: Selection as underassociation. *Nordlyd*, v. 35, n. 1, 2008b.

RAMMÉ, V. *Mudança semântica no PB: reanálise restringida pela hierarquia funcional-conceitual universal*. Tese de Doutorado. 318f. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

TALMY, L. Lexicalization patterns: Semantic structure in lexical forms. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language Typology and Syntactic Description*, vol. 3: *Grammatical Categories and the Lexicon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 57-149.

*Squib* recebido em 3 de junho de 2017.  
*Squib* aceito em 21 de fevereiro de 2018.